

### Reflexões acerca da Educação Especial e Inclusiva e a Educação do Campo

Jaqueline Braga Morais Cajaiba  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: jaqueline.braga.psi@gmail.com

Luciana Batista de Matos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: matosluciana100@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

2038

**Palavras-chave:** Educação Especial e Inclusiva. Educação do Campo. Políticas educacionais. Práticas pedagógicas

## INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido apresenta um recorte da pesquisa intitulada “As Escolas do/no Campo da Bahia: Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas no Contexto Pandêmico e Pós-Pandêmico<sup>1</sup>” que tem como objetivo analisar as políticas educacionais e práticas pedagógicas para os sujeitos do campo nas redes municipais de ensino dos Territórios de Identidade (TI) da Bahia, que aconteceram no contexto do ensino remoto na pandemia da Covid-19. Cabe destacar que esta pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC<sup>2</sup>.

O foco de discussão do resumo são as questões que tratam da Educação Especial e Inclusiva, para tanto propomos analisar os dados que inferem sobre a matrícula de

<sup>1</sup> Projeto aprovado pelo Comitê de Ética da UESB. Número do Parecer: 4.130.396 e CAAE nº 33864620.6.0000.0055. Os resultados foram publicados na página do PPGED/UESB e podem ser consultados em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wpcontent/uploads/2021/08/Relat%C3%B3rioEduca%C3%A7%C3%A3o-do-Contexto-da-Pandemia.pdf>.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o grupo acessar o site: [https://gepemdeccformacampo.com.br/?page\\_id=38](https://gepemdeccformacampo.com.br/?page_id=38)

**Realização:**



**Apoio:**



estudantes com deficiência. E se justifica pela urgência em tencionar discussões que tratem da realidade da educação inclusiva no Brasil. Afinal, para Caiado, Gonçalves e Sá (2016), existe historicamente um silenciamento na esfera educacional sobre as pessoas com deficiência que vivem no campo.

Dito isso, evidencia-se a existência da interface entre Educação Especial e Educação do Campo em virtude de ambas vivenciaram no curso da história processos de segregação e exclusão social, além de convergirem nas lutas pela garantia de uma educação emancipatória e de qualidade, que reconheça a riqueza da diversidade. Na direção em que são apontados os desafios no sentido de assegurar a inclusão e a garantia de uma educação de qualidade capaz de promover a escolarização, socialização e desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo o art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades". A lei deixa evidente que esses estudantes possuem seus direitos garantidos por lei, no entanto, a realidade mostra que é essencial investir na formação de professores especializados para trabalhar nessa modalidade de ensino.

## **METODOLOGIA**

O texto adota uma abordagem qualitativa-quantitativa, conforme definida por Minayo (1999), que consiste na combinação de análise e apresentação de dados tanto qualitativos quanto quantitativos. Essas abordagens são complementares e fortalecem a argumentação das discussões e dos resultados, proporcionando uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado. Essa pesquisa é voltada para o público-alvo da educação especial do campo.

Os dados analisados foram coletados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC). Outrossim, a apreciação dos dados traduzidos em números, somados àqueles procedentes dos dados qualitativos podem potencializar a compreensão das investigações. Por isso,

**Realização:**



**Apoio:**



entende-se que a junção da quantidade e qualidade presentes neste resumo, são fundamentais para o entendimento do fenômeno analisado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No âmbito legal e normativo, desde a Constituição Federal até os dias atuais, temos leis que asseguram o direito à educação para as pessoas com deficiência, todavia, ainda vivenciamos um cenário marcado por contradições. O que pode ser ilustrado, por exemplo, quando o IBGE (2023) aponta que no Brasil pessoas com deficiência tem menor acesso ao mercado de trabalho e que a taxa de analfabetismo para pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%, o que reflete a desigualdade social e educacional do país.

Os dados da pesquisa ora analisada neste estudo indicam que 70% dos educadores relatam que em suas escolas existe matrícula para estudantes com deficiência, contudo um número considerável admite que não existe um planejamento específico para atender às especificidades deste público. O que se configura como um entrave ao desenvolvimento destes estudantes e fere o direito à inclusão.

Para Caiado e Gonçalves e Sá (2016), falar de Educação Especial e inclusão exige considerar as reais condições da vida e discutir sobre um fenômeno, historicamente construído. Nesta conjuntura é fundamental entender que a lutar pelo direito à educação ultrapassa a questão da garantia da matrícula, afinal o direito à escola compreende as dimensões de matrícula, permanência e vivência de um currículo escolar que possibilite a participação social e a formação humana integral.

Para a criação da escola inclusiva, aduz ser premente a redefinição da educação, a qual se deve voltar à cidadania global, plena, livre de preconceitos e disposta a reconhecer as diferenças entre as pessoas. Além disso, entende que a educação especial, apesar de importante, não constitui um nível de ensino, devendo ater-se aos limites de suas atribuições e complementar o processo de escolarização de alunos com deficiência regularmente matriculados em escolas comuns. (Motoan, 2004, p. 36).

É amplamente reconhecido que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no cenário brasileiro é garantir o acesso, a

**Realização:**



**Apoio:**



participação, permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares. Nessa direção, os sistemas de ensino devem ser orientados a promover respostas às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

## CONCLUSÕES

Para compreender a realidade da Educação Especial e Educação do Campo é essencial considerar a trama que permeia uma realidade marcada pelas diferenças da condição de deficiência e do lugar de origem. É crucial assinalar que as pessoas com deficiência que estudam em escolas do campo vivenciam uma dupla condição de segregação, seja pela condição de existência ou pelo território de pertencimento. Por isso, as políticas públicas educacionais direcionadas a estes grupos precisam ser pensadas para superar as barreiras sociais e assegurar educação de qualidade e com justiça social. Isso requer um aumento significativo de políticas públicas que apoiem a Educação Especial e incentivem a formação adequada dos professores.

Em suma, os dados e discussões apresentados neste texto evidenciam que existem avanços significativos no tocante à Educação Especial e Inclusiva, principalmente se considerarmos os números de matrículas. Contudo, é urgente a garantia de ações que garantam acesso, permanência, bem como o desenvolvimento de propostas pedagógicas que assegurem à inclusão.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 14 de julho de 2024.

CAIADO, Katia Regina Moreno. GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. SÁ, Michele Aparecida de. Educação escolar no campo: desafios à educação especial. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.48, p. 324-345, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4887> Acesso em 30 de janeiro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

Realização:



Apoio:



# XV COLÓQUIO NACIONAL e VIII INTERNACIONAL do Museu Pedagógico da UESB

**À beira do abismo:**  
os caminhos da humanidade  
diante das ameaças  
de sua extinção

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-aotrabalho-e-a-renda> Acesso em 31 de janeiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 9-29.

MOTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista Conselho da Justiça Federal (CEJ)**, ano VIII, set. 2004, p. 36-44.

2042

**Realização:**



**Apoio:**

